



**RECOMENDAÇÕES DE MEDIDAS DE POLÍTICA DE APOIO
AOS CIRCUITOS CURTOS AGRO-ALIMENTARES**

- PERÍODO DE PROGRAMAÇÃO 2014-2020 -

Relatório Final



Instituto Superior de Agronomia
Universidades de Évora
Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro

**RECOMENDAÇÕES DE MEDIDAS DE POLÍTICA DE APOIO
AOS CIRCUITOS CURTOS AGRO-ALIMENTARES**
- PERÍODO DE PROGRAMAÇÃO 2014-2020 -

Relatório Final

Julho 2013



Hinc patriam sustinet

Instituto Superior de Agronomia
Universidade Técnica de Lisboa





RECOMENDAÇÕES DE MEDIDAS DE POLÍTICA DE APOIO AOS CIRCUITOS CURTOS AGRO-ALIMENTARES

- PERÍODO DE PROGRAMAÇÃO 2014-2020 -

Relatório Final

Equipa de trabalho:

Alberto Baptista (UTAD)
Artur Cristóvão (UTAD)
Daniela Costa (UE)
Helena Guimarães (UE)
Isabel Rodrigo (ISA)
Manuel Luís Tibério (UTAD)
Teresa Pinto-Correia (UE)

Julho 2013



Abreviaturas

ADLs	– Associações de Desenvolvimento Local
CCA	– Circuitos Curtos Agro-alimentares
DGADR	– Direcção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural
EM	– Estados-Membros
FG	– Focus Group
FMT	– Federação Minha Terra
GAL	– Grupo de Acção Local
INE	– Instituto Nacional de Estatística
ISA/UTL	– Instituto Superior de Agronomia/ Universidade Técnica de Lisboa
MAMAOT	– Ministério da Agricultura Mar e Ordenamento do Território
PAC	– Política Agrícola Comum
SAL	– Sistema Alimentar Local
UE	– Universidade de Évora
UTAD	– Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro
VD	– Venda Directa

Agradecimentos

Gostaríamos de agradecer aos seis GAL, responsáveis pela organização dos Focus Group, bem como aos participantes nestas reuniões de grupo, pelo apoio e contributos. Grande parte dos resultados obtidos e apresentados devem-se à sua colaboração, designadamente nas propostas por estes formuladas.



ÍNDICE

Sumário executivo.....	6
1. INTRODUÇÃO	12
2. ENQUADRAMENTO TEÓRICO.....	15
2.1. Contextualização e definição de conceitos	15
2.2. Exemplos de Circuitos Curtos Agroalimentares.....	18
2.3. Medidas de apoio aos Circuitos Curtos Agroalimentares.....	20
2.4. Um caso-de-estudo: França.....	23
3. RESULTADOS DOS FOCUS GROUP	25
3.1. Os Circuitos Curtos Agro-Alimentares	25
3.2. Medidas propostas para incentivar os CCA.....	28
3.2.1. Eixo I – Facilitar a adesão dos agricultores aos CCA	29
3.2.2. Eixo II – Facilitar e melhorar a organização e funcionamento dos CCA.....	31
3.2.3. Eixo III – Melhorar a oferta de produtos agroalimentares no âmbito das CCA.....	34
3.2.4. Eixo IV – Melhorar o conhecimento e acompanhamento das CCA	37
4. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES	39
4.1. Conclusões	39
4.2. Recomendações e propostas	40
Eixo I – Facilitar a adesão dos agricultores aos CCA	41
Eixo II – Facilitar e melhorar a organização e funcionamento dos CCA.....	41
Eixo III – Melhorar a oferta de produtos agroalimentares dos CCA	42
Eixo IV – Melhorar o conhecimento e acompanhamento das CCA	42
BIBLIOGRAFIA.....	44
ANEXOS	



SUMÁRIO EXECUTIVO

O relatório preliminar agora apresentado resulta de um contrato de prestação de serviços entre, por um lado, a Federação Minha Terra (FMT) e, por outro, as três seguintes universidades: Instituto Superior de Agronomia/Universidade Técnica de Lisboa (ISA/UTL), Universidade de Évora (UE) e Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD). De acordo com o contrato as universidades comprometeram-se a realizar um estudo com o objectivo de reunir um conjunto de recomendações para o desenho de medidas de política de apoio aos Circuitos Curtos Agro-alimentares (CCA) a serem incorporadas no próximo Plano de Desenvolvimento Rural.

Os objectivos principais deste estudo são dois: 1) Avaliar a actual situação dos Circuitos Curtos Agro-alimentares em Portugal e na Europa; 2) Identificar medidas de política de apoio/reforço a iniciativas de criação/diversificação de CCA. Como objectivo último pretende-se elaborar um conjunto de propostas/medidas concretas para apoiar a expansão dos CCA que possam ser, eventualmente, incluídas na próxima programação portuguesa da PAC (2014-2020).

Para a concretização dos objectivos referidos optou-se pela realização de seis “Focus Group” (FG), complementado com a pesquisa bibliográfica e documental sobre CCA. Os FG foram realizados nos territórios de intervenção de seis ADL e conduzidos pelas equipas das universidades (dois por universidade), de acordo com a proximidade geográfica e obedecendo a um guião comum onde se incluíram questões/problemáticas chave para as quais se pretendeu auscultar a opinião dos participantes (Anexo 1).

Em Portugal, o elevado número de pequenos produtores, a sua dispersão no território e as dificuldades de se organizarem para a comercialização, em conjugação com as normas e legislação de natureza fiscal e de sanidade, contribuíram para que as mudanças no mercado de produtos agro-alimentares levassem a uma enorme concentração da oferta num pequeno número de grandes distribuidores, que representam hoje cerca de 3/4 das vendas. A mesma tendência foi seguida em outros países europeus.

Esta evolução contribuiu, entre outras consequências, para a exclusão económica de pequenos produtores, o abandono de áreas agrícolas, a queda no número de explorações e a estagnação da economia rural. Para contrariar esta evolução são necessárias medidas inovadoras de revitalização das zonas rurais, que valorizem os



agentes e os recursos locais e, em particular, os produtos agro-alimentares. Para isso as medidas que apoiem o acesso ao mercado e a organização dos produtores são fundamentais.

Os CCA podem, para determinadas fileiras, ou determinados tipos de situações e contextos territoriais, constituir um modo de comercialização que valoriza a produção dos agricultores e os reconhece socialmente, respondendo a uma procura por parte dos consumidores. Para muitos pequenos produtores a venda directa é quase a única via para valorizarem as suas produções não estandardizadas e, simultaneamente, procurarem melhorar a captação de valor em seu benefício. Os CCA não se opõem a outras formas de comercialização, pois o que se verifica é, muitas vezes, um comportamento diferenciado por parte dos consumidores. Estas formas de comercialização funcionam, sobretudo, como uma oferta complementar aos circuitos dominantes.

A pesquisa bibliográfica mostra que existem muitos movimentos e iniciativas que defendem a produção local de alimentos e o seu consumo, bem como o reforço dos CCA. São apontados muitos benefícios sociais, económicos e ambientais a este modo de comercialização de maior proximidade. Estes sistemas são uma forma de fornecer alimentos frescos aos consumidores urbanos, à população com baixos rendimentos e a instituições, bem como reduzir a distância de transporte dos alimentos, economizando energia e diminuindo o uso de combustíveis fósseis.

A nível da União Europeia tem aumentado a preocupação com a agricultura local e promoção de CCA, nomeadamente através de orientações gerais e medidas de política. Reconhece-se a importância social, económica e ambiental destes pequenos produtores, contudo subsistem muitas contradições ao nível da PAC. As principais políticas europeias vão no sentido do reforço da competitividade pela via da dimensão e da escala, da estandardização dos produtos, das normas de higiene e sanidade.

Por outro lado, há necessidade de um maior reconhecimento dos EM de que as pequenas e muito pequenas explorações podem ser competitivas localmente, mesmo não o sendo a nível europeu. Alguns documentos produzidos para a UE apontam como áreas prioritárias de actuação, no futuro, a maior integração dos agricultores no mercado, passando isto por uma maior integração nos mercados locais através dos circuitos curtos agro-alimentares (ENRD, 2011:5, 6).



As dificuldades identificadas com a venda directa para os produtores são a oferta regular de produtos ao longo do ano; o acréscimo de trabalho; a necessidade de equipamentos (veículo, transformação); formação e informação adequada; dificuldades de resposta a clientes; dificuldades financeiras; dificuldades de acesso à terra; exigências sanitárias e quadro fiscal. Do ponto de vista dos consumidores os obstáculos são os preços elevados dos produtos, a falta de informação sobre estas formas de venda e distância elevada às explorações. As políticas de apoio e estímulo à venda directa são muitas vezes condicionadas, ou desincentivadas, por políticas fiscais e de higiene que dificultam a adesão e a permanência dos produtores no mercado.

Vários intervenientes, em conferência internacional sobre CCA, reconheceram que há um grau de flexibilidade na implementação das normas de higiene que os Estados-Membros podem exercer e que não são usadas. Daqui resultam diferentes formas de aplicação das normas, com maior ou menor rigidez na sua aplicação.

Parece claro que os CCA são uma via privilegiada para os pequenos produtores poderem escoar os seus produtos e desta forma terem uma maior integração no mercado. Portugal não tem sabido aproveitar o grau de flexibilidade que os EM podem exercer na implementação de algumas normas, designadamente as de higiene e sanidade, o que permite que em outros países (Itália, Espanha, por exemplo) estas normas sejam aplicadas de forma ligeiramente diferente e, por isso, os produtores possam ser mais competitivos e beneficiados.

São muitas e variadas as modalidades de venda directa, às formas mais tradicionais têm-se juntado outras que fazem uso das TIC, o que se deve à entrada de novos agricultores e à necessidade de muitos deles elevarem os seus rendimentos, aproveitando recursos produtivos que por vezes não eram valorizados no mercado.

As medidas de apoio aos CCA são muitas vezes inexistentes ou desadequadas e por isso apresentamos em seguida um conjunto de recomendações e propostas que podem contribuir para fortalecer os CCA e em especial a pequena produção.

A consulta de vasta bibliografia permitiu sintetizar um conjunto de grandes medidas de fomento dos CCA, nomeadamente:

- Fortalecer o sistema de aconselhamento técnico aos pequenos produtores;



- Incentivar à cooperação entre agricultores e entre estes e os outros membros da cadeia alimentar, com destaque para os consumidores;
- Tirar partido de forma eficaz da flexibilidade das medidas relacionadas com a higiene de forma a garantir a segurança alimentar, mas não “esmagando” os pequenos agricultores e as PME intervenientes nos CCA;
- Criar um pacote de medidas sobre a promoção dos CCA com o co-financiamento da UE, podendo este pacote incluir suporte para infra-estruturas e transportes, armazenamento, marketing processamento e rotulagem dos produtos agro-alimentares.

Os FG realizados permitiram-nos inventariar as diferentes modalidades de venda directa e confirmar a existência de um elevado número de iniciativas cuja importância económica varia muito em função das localidades/concelhos, do tipo de produtores, dos produtos e do envolvimento institucional. Muitas destas formas de venda estão sobretudo associadas ao dinamismo dos produtores e a iniciativas institucionais.

Os FG permitiram-nos recolher informação para apresentação de um conjunto de recomendações/medidas, agrupadas em quatro eixos. Há propostas que ultrapassam o âmbito estrito dos CCA como, por exemplo, o apoio à instalação de jovens agricultores, ou o acesso à terra, que aqui não evidenciamos por corresponderem a problemas mais transversais ao desenvolvimento da agricultura.

Eixo I – Facilitar a adesão dos agricultores aos CCA

Os objectivos deste Eixo foram:

- Identificar medidas que facilitem a adesão aos CCA;
- Aceder a instalações, propriedades ou ampliações;
- Ajudar a instalação e o acesso a empréstimos bancários.

As medidas mais destacadas foram as seguintes, por ordem decrescente:

- Adaptar/simplificar as medidas fiscais existentes à realidade dos pequenos produtores e CCA (IVA e Segurança Social);
- Criar instrumentos financeiros para apoio e aconselhamento técnico, agrícola e não-agrícola, à escala territorial, aos agentes envolvidos em CCA (produtores, mediadores e entidades parceiras), ajustados às respectivas necessidades;
- Criação de medidas fiscais que favoreçam a adesão de produtores aos CCA.



Eixo II – Facilitar e melhorar a organização e funcionamento dos CCA

Os objectivos deste Eixo foram:

- Diferenciar o produtor de venda directa;

Neste eixo, um grupo de cinco medidas emergiu com maior numero de votos, sendo por ordem decrescente as seguintes:

- Diferenciar, nos Mercados Municipais, os produtores de venda directa ao consumidor (exemplo: arranjar locais/espacos para estes tipos de produtores ou placas identificadoras deste tipo de produtores);
- Criar instrumentos financeiros para recuperaçao de infra-estrutura e/ou de equipamentos existentes à escala local (armazém, moinhos, matadouros municipais) para utilização colectiva dos produtores agrícolas e agro-alimentares;
- Criar instrumentos financeiros para facilitar a partilha de conhecimentos entre Produtores PROVE e produtores interessados em aderir aos CCA;
- Criar “marca/identificação” ambiental dos produtos comercializados em CCA e, deste modo, melhorar a informação sobre os mesmos;
- Desenvolver, à escala local, postos colectivos de venda.

Eixo III – Melhorar a oferta de produtos agro-alimentares dos CCA

Os objectivos deste Eixo foram:

- Ligar os produtos à gastronomia e ao saber fazer local;
- Divulgar estas modalidades de venda;
- Diferenciar os produtos.

Neste eixo destacaram-se as quatro medidas que se seguem, apresentadas por ordem decrescente:

- Adaptar a regulamentação/legislação/normas em vigor de forma a facilitar o abastecimento da restauração colectiva (cantinas e refeitórios públicos, hospitais, lares) por CCA;
- Criar instrumentos financeiros para a realização de campanhas de divulgação, sensibilização e promoção dos vários tipos de vantagens dos CCA, destinados aos vários tipos de consumidores (individuais e restauração pública e privada), tendo em vista aumentar a procura/oferta deste tipo de cadeias agro-alimentares;



- Ligar os produtos locais/regionais à gastronomia (ex: divulgar e ensinar junto de Escolas de Hotelaria);
- Elaborar “Guia de Boas Práticas” para os tópicos seguintes:
 - regras elementares em matéria de segurança alimentar
 - conformidade dos produtos
 - rastreabilidade dos produtos
 - informação ao consumidor

Eixo IV – Melhorar o conhecimento e acompanhamento dos CCA

Os objectivos deste Eixo foram:

- Conhecer melhor os processos que envolvem nos circuitos curtos;
- Desenvolver estudos sobre estas questões.

As principais propostas foram:

- Avaliar o impacto dos instrumentos de política que vierem a ser definidos e aplicados aos CCA, no âmbito da Programação Comunitária 2014-2020;
- Criar uma estrutura de acompanhamento, no âmbito da DGADR, sobre as modalidades de CCA e produtos comercializados à escala territorial e difundir, à escala nacional, a informação recolhida;
- Criar instrumentos financeiros para:
 - elaborar referenciais técnico-económicos necessários/destinados a apoiar os técnicos mediadores (ADLs) envolvidas nos CCA;
 - produzir conhecimento sobre a eficácia económica, social, política e institucional dos CCA.
- Propor ao INE a integração, no próximo Recenseamento Geral Agrícola, de recolha de informação específica sobre os CCA;
- Construir e manter actualizada uma base de dados fiável sobre os CCA.



1. INTRODUÇÃO

O relatório preliminar agora apresentado resulta de um contrato de prestação de serviços entre, por um lado, a Federação Minha Terra (FMT) e, por outro, as três seguintes universidades: Instituto Superior de Agronomia/ Universidade Técnica de Lisboa (ISA/UTL), Universidade de Évora (UE) e Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD). De acordo com contrato, as universidades referidas comprometeram-se a realizar um estudo que permitisse reunir um conjunto de recomendações para o desenho de medidas de política de apoio aos Circuitos Curtos Agro-alimentares (CCA) a serem incorporadas no próximo Programa de Desenvolvimento Rural.

Este estudo tem como ponto de partida as orientações explícitas contidas, nomeadamente: (i) na proposta de Regulamento Comunitário do FEADER para o período temporal 2014-2020, e (ii) no Relatório “Estratégia para a Valorização da Produção Agrícola Local - GEVPAL¹” da responsabilidade da DGADR do MAMAOT. Este último visou o desenvolvimento de novas iniciativas de CCA e reforço de iniciativas já implementadas no terreno, das quais merecem destaque, pelos resultados obtidos² o *Projecto de Cooperação Interterritorial – PROVE – Promover e Vender* que, no momento presente, se encontra implantado nos territórios de intervenção de 16 Associações de Desenvolvimento Local (ADLs).

Os objectivos principais deste estudo são:

- Avaliar a actual situação dos Circuitos Curtos Agro-alimentares (CCA) em Portugal e na Europa;
- Identificar medidas de política de apoio/reforço de iniciativas de criação/diversificação de CCA.

¹ Estudo elaborado pelo Grupo de Trabalho criado pelo Despacho nº 4680/2012, de 3 de Abril, e publicado no DR, nº 67, 2ª Série

² A este propósito ver os três Relatórios de Avaliação do *Projecto de Cooperação Interterritorial – PROVE – Promover e Vender* relativos à *Perspectiva dos Produtores*, à *Perspectiva dos Consumidores* e à *Perspectiva dos Actores* realizados em Abril de 2012 pelo ISA e UTAD, bem como o Relatório final “*Proposta de*

² A este propósito ver os três Relatórios de Avaliação do *Projecto de Cooperação Interterritorial – PROVE – Promover e Vender* relativos à *Perspectiva dos Produtores*, à *Perspectiva dos Consumidores* e à *Perspectiva dos Actores* realizados em Abril de 2012 pelo ISA e UTAD, bem como o Relatório final “*Proposta de diversificação de actividades nas explorações agrícolas PROVE – Promover, Vender, Participar e Diversificar*”, realizado em Janeiro de 2012 pela UE.



Como objectivo último pretende-se elaborar um conjunto de propostas/medidas concretas de apoio aos CCA e que possam ser, eventualmente, incluídas na próxima programação portuguesa da PAC (2014-2020).

Em Portugal, o elevado número de pequenos produtores, a sua dispersão no território e as dificuldades de se organizarem para a comercialização, bem como as normas e legislação de natureza fiscal e de sanidade, contribuíram para que as mudanças no mercado de produtos agro-alimentares levassem a uma enorme concentração da oferta num pequeno número de grandes distribuidores, que representam hoje cerca de 3/4 das vendas. A mesma tendência tem sido observada em outros países europeus.

Esta evolução contribuiu, entre outras consequências, para a exclusão económica de pequenos produtores, o abandono de áreas agrícolas, a queda no número de explorações e a estagnação da economia rural. Como veremos nesta comunicação, a sobrevivência dos pequenos produtores e a revitalização das zonas rurais requerem medidas inovadoras, que valorizem os agentes e os recursos locais e, em particular, os produtos agro-alimentares. Para tal, as medidas que apoiem o acesso ao mercado e a organização dos produtores são fundamentais.

Os CCA podem, para determinadas fileiras, ou determinados tipos de situações e contextos territoriais, constituir um modo de comercialização que valoriza a produção dos agricultores e os reconhece socialmente, respondendo a uma procura por parte dos consumidores. Os CCA não se opõem a outras formas de comercialização, pois o que se verifica é, muitas vezes, um comportamento diferenciado por parte dos consumidores. Estas formas de comercialização funcionam, sobretudo, mais como uma oferta complementar aos circuitos dominantes.

A venda directa existe há muito tempo, mas ganhou uma nova visibilidade nos últimos anos, visando apoiar o escoamento dos produtos dos agricultores de pequena dimensão, com produtos não estandardizados, e procurando melhorar a captação de valor em benefício dos produtores. Para além destes aspectos podem ainda permitir a realização de economias sobre outros segmentos da cadeia de custos (transportes, transferência ligação ao território, ligação social). Para muitos pequenos produtores a venda directa é quase a única via para valorizarem as suas produções não estandardizadas.



O estudo aqui apresentado resulta de um trabalho colectivo desenvolvido pelas três universidades implicadas de acordo com uma distribuição de tarefas previamente definido. Ao ISA coube coordenar a proposta do estudo e a definição dos “focus group” (FG) a realizar; à UE definir o protocolo para a realização dos FG e realizar pesquisa documental e bibliográfica sobre os CCA; à UTAD coube analisar a informação recolhida nos seis FG, elaborar a estrutura e fazer a redacção dos relatórios. A cada universidade coube ainda a realização de dois FG, na proximidade da sua área geográfica de implantação, tendo-se realizados seis no total. O relatório final resulta das contribuições referidas e dos comentários e sugestões dos parceiros envolvidos às versões prévias deste relatório.

A realização de seis FG nos territórios de intervenção de seis ADLs, obedeceu ao seguinte procedimento:

- Foi elaborado um guião, que se anexa, onde se explicitaram todos os procedimentos a seguir por cada equipa responsável; no guião incluíram-se questões/problemáticas chave para as quais se pretendia auscultar a opinião dos participantes;
- A organização, mobilização e selecção dos participantes nos FG foram da responsabilidade dos GAL dos territórios onde os FG foram realizados;
- Para as sessões convidou-se um leque variado de participantes: produtores agrícolas; consumidores; mediadores e entidades parceiras dos GAL; pessoas envolvidas em outras iniciativas além do PROVE (ver Quadro 1).

Quadro 1. Descrição dos FG realizados e participantes

GAL organizador	Data	Animador do FG	Tipo de participantes	Número
ATAHCA	7 de Maio	UTAD	Técnicos	8
			Produtores	3
DOLMEN	14 de Maio	UTAD	Produtores	6
			Técnicos	5
			Consumidores	3
ADIRN	17 de Maio	ISA	Técnicos	5
			Produtores	20
ADREPES	29 de Abril	ISA	Técnicos	3
			Produtores	10
ADER-AL	21 de Maio	UE	Técnicos	5
			Produtores	2
			Consumidores	1
ALENTEJO XXI	22 de Maio	UE	Técnicos	4
			Produtores	4



Nos 6 FG realizados, participaram 79 pessoas, das quais 45 produtores, 30 técnicos e 4 consumidores. Alguns dos técnicos presentes nos vários FG estavam também no papel de consumidores, contudo este estrato é o menos representado. Por região, a distribuição foi a seguinte:

- Norte/UTAD (total 25): 13 técnicos, 9 produtores e 3 consumidores
- Lisboa/ISA (total 38): 8 técnicos e 30 produtores
- Alentejo/UE (total 16): 9 técnicos, 6 produtores e 1 consumidor

Procedeu-se ainda à recolha de informação secundária através de pesquisa bibliográfica e documental sobre os CCA, cujas referências são apresentadas no ponto 2 deste trabalho.

Este relatório está estruturado em quatro partes principais, sendo a Introdução a primeira, indicando os objectivos e metodologia. A segunda parte faz o enquadramento teórico, apresenta conceitos, e inventaria experiências de CCA. Segue-se, na terceira, a apresentação de resultados dos FG e as medidas e propostas seleccionadas pelos participantes. Na quarta parte apresentam-se as conclusões e um conjunto de medidas para promover os CCA.

2. ENQUADRAMENTO TEÓRICO

2.1. Contextualização e definição de conceitos

Durante as últimas décadas a agricultura tem vindo a seguir um modelo fortemente produtivista controlado pela indústria agro-alimentar de transformação e distribuição (Relatório “*Promover, vender, participar e diversificar: Proposta de planos de intervenção nas explorações agrícolas PROVE no âmbito da diversificação de actividades*” de Janeiro de 2012, à frente designado por Moital *et al.*, 2012). O sector agro-alimentar exige produtos mais uniformes, regulares ao longo de todo o ano, em quantidades crescentes e a preços cada vez menos interessantes para os produtores, promovendo a concentração e a especialização das explorações agrícolas (Moital *et al.*, 2012). Simultaneamente a esta intensificação da actividade agrícola são vários os problemas ambientais com impactos para a saúde pública que envolvem a indústria agro-alimentar, promovendo a desconfiança dos consumidores no sistema convencional (Kirwan, 2006; Montiel, sd).



Em consequência destes desenvolvimentos surgem progressivamente consumidores e produtores que, em função de novos valores, que se vão impondo para além do preço, como a saúde, o ambiente, o bem-estar animal, o desenvolvimento local, a procura por um novo estilo de vida, mais saudável e enraizado no local, procuram formas alternativas de produção e consumo (Allena, *et al.*, 2003; Baptista *et al.*, 2010; Moital *et al.*, 2012). Em resposta a esta procura, formas alternativas de comercialização têm sido criadas e testadas, um pouco por toda a Europa (ver Quadro 2), sendo o encurtamento dos circuitos de comercialização uma das vias seguidas (Kirwan, 2004).

Do ponto de vista conceptual, existem vários movimentos e iniciativas que defendem a produção local de alimentos e o seu consumo, inspirados por uma grande diversidade de autores, entre eles destacamos: Kloppenburg *et al.* (1996), que introduziram o conceito de bacia alimentar ou “foodshed”; Feenstra (2002), que propôs o conceito de sistema alimentar local, “local food system”; Murdoch *et al.* (2000) que falam nas cadeias alimentares alternativas, “alternative supply chains”; e Muchnik (2009), que desenvolveu um conceito amplo de sistemas agro-alimentares localizados, “localized agri-food system”.

Muitos autores apontam para os benefícios sociais, económicos e ambientais deste modo de comercialização de maior proximidade. As vantagens apontadas são várias: reduzir as distâncias entre produtor e consumidor e a emissão de gases de estufa, melhorar a segurança alimentar e a qualidade, fortalecer a economia local e reforçar o capital social (Morgan, *et al.*, 2006; Norberg-Hodge, *et al.*, 2002); e Edwards-Joines *et al.*, 2008). Alguns autores reconhecem que os CCA, resultado da relação de confiança entre produtor e consumidor, podem favorecer a adopção de práticas agrícolas mais respeitadoras do ambiente (Marechal, *et al.*, 2010).

A investigação realizada por Hultine *et al.* (2007), a partir de casos de estudo identifica os elementos chave para o sucesso dos sistemas alimentares locais baseados na comunidade (“community-based local food systems”), que incluem: (1) a existência de agricultores dinâmicos, criativos e competentes; (2) boa comunicação entre os atores, incluindo o poder local, instituições do território e líderes locais; (3) a percepção da necessidade de tempo para alcançar o sucesso, que permita a construção de relações de confiança com a comunidade, consumidores e outros atores; e (4) relações democráticas e colaborativas, com liderança e um sentido forte de direcção e estabilidade. Knickel *et al.* (2008, 264) apresentam uma análise dos factores limitantes e favoráveis às iniciativas



colectivas de acesso ao mercado, baseando-se para isso num estudo comparativo entre 10 países europeus, em que destacam, por exemplo, a inexistência de políticas coerentes de suporte a formas alternativas de venda e a necessidade de uma maior atenção na procura de novos caminhos ao nível local e regional. Como resposta a estas preocupações, as modalidades de venda integrados nos CCA têm ganho uma importância e visibilidade crescentes em vários países.

A venda directa apoia o escoamento dos produtos dos agricultores de pequena dimensão, com produtos não estandardizados, e visa melhorar a captação de valor em benefício dos produtores. Para além disto, pode ainda permitir a realização de economias sobre outros segmentos da cadeia de custos (transportes, transferência ligação ao território, ligação social). Muitas vezes, em situações específicas, a venda directa surge como a única via para os produtores valorizarem as suas produções não estandardizadas (MAP, 2009).

Neste estudo a equipa de investigação adoptou os conceitos referidos pelo MAMOT (sd):

- Sistema alimentar local (SAL): Um conjunto de actividades interligadas, em que a produção, a transformação, a distribuição e o consumo de produtos alimentares visam promover a utilização sustentável dos recursos ambientais, económicos, sociais e nutricionais de um território, definido este como uma comunidade de interesses localizados, reforçando as relações entre os respectivos agentes intervenientes. A ideia central é um compromisso para a cooperação social, desenvolvimento económico local e uma proximidade geográfica e relacional entre produtores e consumidores;
- Circuito Curto Agro-alimentar (CCA): Os CCA são um modo de comercialização que se efectua, ou por venda directa, do produtor para o consumidor, ou por venda indirecta, com a condição de não haver mais de um intermediário. A venda directa pode realizar-se de diferentes formas: na exploração, entrega ao domicílio do consumidor, venda ambulante, mercados, feiras, restaurantes e lojas comerciais do produtor. A este modo de comercialização associa-se proximidade geográfica (concelho e concelhos limítrofes) e relacional entre produtores e consumidores.

A definição de CCA remete-nos para os seguintes elementos:



- A origem local e identificada do produto – proximidade, rastreabilidade e sazonalidade;
- O produtor, para além da actividade de produção, também interfere frequentemente na transformação e comercialização dos produtos;
- Os produtos transformados utilizam matérias-primas provenientes das explorações locais;
- O consumidor tem acesso a informação sobre a origem do produto, o seu modo de produção e as respectivas qualidades específicas;
- O fluxo de comunicação entre produtores e consumidores permite criar confiança mútua e diferenciar os produtos locais dos restantes.

Vejamos em seguida alguns exemplos nacionais e internacionais de CCA, muitos deles com algumas décadas de existência, outros com surgimento recente.

2.2. Exemplos de Circuitos Curtos Agro-alimentares

A procura dos consumidores por produtos alternativos ao sistema convencional de agricultura tem despertado o surgir de um vasto número de circuitos curtos um pouco por todo o mundo, sendo a sua incidência maior na América do Norte e na Europa Ocidental (Moital *et al.*, 2012). Os modelos seguidos nestes dois continentes são diferentes, no entanto, apresentam características comuns. Exemplos disso são os “Community Supported Agriculture” (CSA) nos EUA, que se inspiraram, nos anos 90 do século XX, no TEIKEI, que surgiram 20 anos antes no Japão. Os AMAP em França adaptaram o modelo americano e o PROVE em Portugal e o GASAP na Bélgica tiveram como referência o sistema francês. No Quadro 2 são apresentados 16 sistemas de CCA, 13 dos quais estrangeiros.



Quadro 2 – Exemplos de Circuitos Curtos Agro-Alimentares em Portugal e no Mundo

DESIGNAÇÕES	ESTATUTO	BREVE DESCRIÇÃO
PROVE (Portugal)	Grupo informal de produtores e consumidores, criado a partir da iniciativa de uma ADL, Cooperativa ou outra instituição. Grupo autogerido pelos produtores.	Modelo inspirado nos AMAP. Um núcleo de produtores abastece regularmente um conjunto de consumidores. Os núcleo PROVE estão dispersos no país, reúnem cerca de 70 produtores, e distribuem mil cabazes por semana.
COOPRaizes (Portugal)	Cooperativa de Produtores	Grupo de produtores organizados numa cooperativa para distribuir semanalmente cabazes a um conjunto regular de consumidores.
Cabaz da Horta (Portugal)	Grupo informal de consumidores e produtores	Grupo que se autonomizou da cooperativa que o fundou. Consumidores voluntariam-se parcialmente no processo da distribuição.
ECOCONSUM (Espanha)	Associação coordenadora de cooperativas e associações de consumidores	Coordenadora Catalã de cerca de 20 organizações de consumidores de produtos biológicos. A Ecoconsum defende um consumo crítico, de produtos biológicos locais, o envolvimento com os produtores e uma intervenção social e política. As associações, cooperativas ou grupos informais são autogeridos rotativamente pelos consumidores.
AMAP - Associations pour le maintien d'une agriculture paysanne (França)	Cada AMAP local é uma associação constituída por um ou mais produtores e um número variável de consumidores (até 20050) que consegue abastecer.	Cada AMAP faz parte de uma rede regional e inter-regional de AMAP's (MIRAMAP). A compra antecipada da produção a 6 e a 12 meses é características-chave deste modelo: planificação da produção, partilha de riscos e tarefas, e parceria entre produtores e consumidores. A segurança para o agricultor favorece a tomada de decisões arriscadas como a aposta em novas variedades ou a transição para a agricultura biológica. Cada AMAP tem um comité voluntário e rotativo de 5 elementos responsável pela gestão, comunicação e logística do núcleo.
Panier Hiroko (França)	Associação de produtores e consumidores.	Planificação partilhada da produção entre produtores e consumidores. Estes asseguram, de forma rotativa duas a três vezes por ano, o transporte dos cabazes do produtor ao ponto de distribuição dos cabazes, a gestão das encomendas, a organização de encontros com os produtores e a promoção da Associação.
Val Bio Centre Les paniers du Val de Loire (França)	Associação.	A Val Bio Centre é uma associação que reúne cerca de vinte produtores, uma escola agrícola e hortas de inserção. Criou em 2004 a distribuição de hortofrutícolas em cabazes sob a designação Les Paniers du Val de Loire. Emprega, entre outros, 45 pessoas com deficiência.
La Binée Paysanne (França)	Associação de produtores.	Os consumidores fazem as suas escolhas no site; os produtores reúnem-se e compõem os cabazes em função das encomendas. Não há qualquer compromisso.
GASAP – Groupe d'Achat Solidaire de l'Agriculture Paysanne (Bélgica)	Grupo informal e autogerido de consumidores que celebram um contrato diretamente com o produtor.	Cada grupo GASAP faz parte da rede GASAP. Em cada grupo existe uma equipa de voluntários responsável pela comunicação, criação e ajuda de novos núcleos e ligação ao produtor. A produção é paga com um mês a um ano de antecedência, conforme as disponibilidades financeiras das famílias.
GAS Gruppi di acquisto solidale (Itália)	Grupo informal de consumidores e autogerido.	Cada GAS é autónomo mas pertence à rede de GAS nacional. Os consumidores escolhem os seus fornecedores segundo os princípios que cada grupo define. Cada ano tem lugar um encontro de núcleos GAS onde se trocam experiências, soluções e objectivos comuns são definidos. A dinamização de cada núcleo GAS é feita por voluntários.
Les Cueillettes de Landecy (Suíça)	Associação de produtores e consumidores.	Um agricultor estabelece um contrato anual de fornecimento de frutas e legumes. Os consumidores, pagam antecipadamente um ano de produção e realizam as suas próprias colheitas de acordo com as instruções (variedades e quantidades) que o produtor semanalmente vai indicando na página <i>web</i> do projeto.
Les Jardins de Cocagne (Suíça)	Cooperativa.	Cada cooperante paga uma anuidade em função do seu rendimento e compromete-se ainda com quatro meios-dias de trabalho voluntário por ano. Aqueles que não cumprem com o trabalho voluntário pagam cerca de 40 € por cada meio-dia não realizado.
CSA (Reino Unido)	Várias formas: desde o grupo informal e autogerido de produtores/consumidores até à constituição de empresas.	Grande variedade de grupos na organização, produção e voluntariado. Algumas comunidades optam pela aquisição ou arrendamento de terrenos empregando uma ou mais pessoas. Outros projetos perseguem finalidades mais assistencialistas. Pode passar apenas pelo arrendamento de parcelas de terra a cada consumidor, pela compra dos "direitos" de uma ou mais árvores ou a copropriedade de cabras ou ovelhas recebendo alguns queijos como contrapartida.
TEIK (Japão)	Cooperativa de consumidores e produtores.	Caracterizado pela maturidade (desde 1965), elevado número de aderentes (cerca de ¼ da população japonesa) e existência de fortes laços solidários entre produtores e consumidores. Os consumidores podem substituir temporariamente produtores doentes.

Fonte: Relatório final "Proposta de diversificação de actividades nas explorações agrícolas PROVE – Promover, Vender, Participar e Diversificar" de Janeiro de 2012



Os exemplos aqui apresentados baseiam-se em organizações em que existe um certo grau de compromisso entre produtores e consumidores na aquisição de produtos. Como veremos mais abaixo, os CCA e a venda directa podem assumir modalidades muito diversas e todas elas são importantes para a comercialização dos produtos. Recorde-se a importância dos mercados e das feiras anuais onde se vendem produtos da época.

2.3. Medidas de apoio aos Circuitos Curtos Agro-alimentares

Decorreu em Bruxelas, a 20 de Abril de 2012, uma conferência intitulada “Local Agriculture And Short Food Supply Chains”, onde se discutiu a agricultura local e os CCA ao nível da UE e, nomeadamente, as medidas de política enquadradas neste âmbito (Dower, 2012). Da discussão havida surgiram alguns pontos importantes que merecem ser evidenciados no âmbito deste estudo, e que passamos a apresentar:

1. As pequenas propriedades agrícolas têm uma grande importância à escala europeia. O Eurostat de 2005 mostra um total de 10,3 milhões de propriedades rurais com menos de 5 hectares na UE 27. Valor este que inclui 3,6 milhões de propriedades entre 1 e 5 ha de dimensão física, e que são designadas em alguns Estados-Membros (EM) por propriedades de "semi-subsistência"; e 6,7 milhões de 1 ha ou menos, consideradas como de "subsistência". Estas últimas estão bem representadas na Roménia (3 milhões), Polónia (1,4 milhões), Hungria, Bulgária e Itália.
2. As pequenas propriedades merecem um enfoque específico na política da UE, o que se justifica pelos bens públicos sociais, económicos e ambientais que estas sustentam e podem ainda contribuir para o bem-estar da Europa e para o alcance das metas da UE para 2020. Entre estes benefícios destacam-se os seguintes:
 - O volume significativo de alimentos consumidos pelas próprias famílias dos agricultores, vizinhos e a comunidade em geral;
 - Principal elemento em muitas economias locais, disponibilizando emprego e desenvolvendo o comércio;



- Apresentam produtos diversificados, tornando-se resistentes a crises ou alterações climáticas, podendo oferecer uma rede de segurança em crises económicas;
 - Representam uma forma de manter a segurança alimentar a longo prazo, uma vez que, normalmente, estão distanciados das crises alimentares;
 - Mantêm os ecossistemas, paisagens e culturas locais: a sobrevivência desse património, tem importância, tanto a nível local como europeu.
3. Os pequenos agricultores podem (em princípio) tirar proveito da actual PAC em ambos os pilares;
4. No entanto, existem barreiras significativas que impedem ou inibem os pequenos agricultores de beneficiarem da actual PAC. Essas barreiras dividem-se em dois grandes grupos:
- Alguns governos desejam alterar a estrutura das explorações à custa das pequenas propriedades, privilegiando políticas que promovam o aumento do tamanho médio de exploração e melhorem a sua competitividade;
 - As pequenas propriedades estão muito associadas a agricultores idosos e/ou com baixos níveis de educação ou de interesse limitado pela actividade comercial. Os jovens agricultores são raros, com dificuldades no acesso à terra, ausência de marketing, falta de recursos financeiros para investimento e acesso ao crédito limitado, podendo desta forma estar em desvantagem nas negociações dentro das cadeias alimentares.
5. Os obstáculos descritos parecem privar muitas centenas de milhares de pequenos agricultores de aceder aos apoios da PAC. Em termos específicos, parece haver necessidade de reconhecimento dos EM de que as pequenas propriedades podem ser competitivas localmente, mesmo não o sendo a nível europeu. E, para isso, são necessárias mudanças políticas, procurando:
- Aumentar os esforços para dar aos jovens agricultores o acesso à terra;
 - Melhorar os serviços técnicos e de assessoria;
 - Acordar com os bancos de que forma os pequenos agricultores podem ter acesso ao crédito, para que consigam melhorar as suas infra-estruturas e desta forma, ter acesso aos mercados;



- Quando as propriedades individuais são pequenas demais para ter acesso a determinado apoio, encorajar à cooperação e à realização de candidaturas conjuntas;
 - Criar um pacote de medidas, com foco nas necessidades das pequenas explorações agrícolas.
6. No quadro da PAC 2014-2020 é necessário:
- Apoiar os pequenos agricultores financeiramente, mesmo aqueles com um baixo grau de participação de mercado, sem a verificação de condicionalidades ou “greening”, para redução de custos com burocracia e para um sistema mais forte de aconselhamento agrícola;
 - Criação de uma rede europeia permanente das pequenas explorações, para auxiliar a troca de ideias e dar voz aos pequenos agricultores da Europa.
7. Durante a conferência, foram referidos os benefícios dos CCA para a agricultura local e manutenção das pequenas propriedades. Estes são uma forma de responder à crescente procura dos consumidores por alimentos saudáveis, frescos, saborosos, de boa qualidade e de proveniência conhecida. Estes sistemas são uma forma de fornecer alimentos frescos aos consumidores urbanos, à população com baixos rendimentos e a instituições como escolas e hospitais. Eles podem reduzir a distância de transporte dos alimentos, economizando energia e diminuindo o uso de combustíveis fósseis, ajudando dessa forma a combater as alterações climáticas. Os CCA permitem ao agricultor ficar com uma fatia maior do preço final dos seus produtos;
8. As medidas de apoio aos CCA são muitas vezes inexistentes ou desadequadas. Por exemplo, durante a conferência foi descrito o grande grau de flexibilidade que os EM podem exercer na implementação das normas de higiene. No entanto, é evidente a partir da experiência descrita pelos participantes da conferência que alguns EM fazem um uso limitado desta flexibilidade, deixando que os pequenos agricultores ou PME na cadeia alimentar sejam empurrados para níveis desproporcionais de investimento;



9. A política europeia deve procurar soluções para essas dificuldades. O objetivo deve ser a integração em pleno dos pequenos produtores na cadeia alimentar. Para isso há necessidade de:
- Fortalecer sistema de aconselhamento técnico;
 - Incentivar à cooperação entre agricultores e entre estes e os outros membros da cadeia alimentar;
 - Os Estados-Membros devem tirar proveito de forma eficaz da flexibilidade das medidas relacionadas com a higiene de forma a garantir a segurança alimentar, mas não “esmagando” os pequenos agricultores e as PME intervenientes nos CCA;
 - Criar um pacote de medidas sobre a promoção dos CCA com o co-financiamento da UE, podendo este pacote incluir suporte para infra-estruturas e transporte, armazenamento, marketing, processamento, rotulagem dos produtos agro-alimentares dos CCA.

Ao nível das políticas de desenvolvimento rural da PAC pós-2013 há sinais no sentido de dar uma maior prioridade à integração dos produtores, em especial os mais pequenos, no mercado e à diversificação das explorações, através de medidas que favoreçam a sua organização, e de apoios aos CCA, designadamente com a venda direta de produtos, em mercados ou outras modalidades (EC, 2011:5, 6). O caso do Projecto PROVE e dos estudos e grupos de trabalho criados são exemplos do apoio a este tipo de medidas .

2.4. Um caso-de-estudo: França

Como documento de referência para o presente estudo esteve também o “Rapport du groupe de travail: Circuits Courts de Commercialisation”, requerido pelo Ministério da Agricultura e das Pescas de França, sobre propostas de medidas de política de apoio aos circuitos curtos (MAP, 2009). De acordo com este relatório, 16,3% das explorações agrícolas em França praticam a venda directa, sendo que destas 47% fazem transformação dos seus produtos. Estas explorações representam 26,1% do total das UTA (Unidade de Trabalho Agrícola), representado, portanto, uma parte importante do trabalho agrícola.



Neste relatório são identificadas algumas das dificuldades sentidas por parte dos produtores e dos consumidores e que bloqueiam o desenvolvimento dos CCA nomeadamente:

Dificuldades do ponto de vista do produtor:

1. Apresentar uma oferta regular e constante ao consumidor, quer em quantidade quer em qualidade;
2. Os CCA, muitas das vezes, mobilizam mais empregos do que os sistemas de comercialização clássicos, além de produzir e vender, por vezes é necessário transformar;
3. Este tipo de comercialização, por vezes, necessita de maior investimento em equipamento (veículo adequado, cadeia de frio, locais de venda e transformação, etc...);
4. Muitas vezes, os produtores não possuem formação e informação adequada para a realização da venda dos produtos (nomeadamente, definir um preço de venda, gerir clientes, marketing, aplicação adequada das regulamentações sanitárias, etc.);
5. Os agricultores também têm dificuldade na resposta à procura, nomeadamente à restauração colectiva, muitas vezes por não possuírem volume de oferta suficiente;
6. O lançamento da actividade em circuito curto é muitas vezes difícil de implementar por parte dos produtores, devido ao difícil acesso a empréstimos bancários e à dificuldade de obter ajuda à instalação de novos agricultores;
7. Alguns produtores enfrentam muitas dificuldades relacionadas com questões de posse da terra, incluindo a impossibilidade de construção de novos locais, de crescimento da exploração, ou aquisição de nova exploração. Este problema é encontrado principalmente em áreas peri-urbanas ou em zonas protegidas;
8. Os produtores também sofrem de falhas na troca de informação sobre este tipo de comercialização: informações sobre os passos a seguir, sobre as redes já existentes, etc...;
9. As exigências sanitárias são também consideradas demasiado restritivas.



Dificuldades do ponto de vista do consumidor:

1. Os preços dos produtos vendidos em CCA são, por vezes, elevados para o consumidor;
2. Os consumidores não dispõem de informação sobre os CCA existentes na sua região ou pensam que eles são reservados a categorias socioeconómicas superiores;
3. Alguns consumidores consideram tratar-se de distâncias muito grandes para chegar às explorações ou aos pontos de venda, especialmente nas zonas rurais;
4. A variedade dos produtos oferecidos é por vezes insuficiente para o consumidor.

3. RESULTADOS DOS FOCUS GROUP

Os resultados que vamos apresentar dizem respeito sobretudo à informação recolhida através dos seis FG realizados pela equipa de trabalho e estão divididos em duas partes. A primeira apresenta um inventário das diferentes modalidades de venda directa identificadas pelos participantes no FG. A segunda apresenta as medidas consideradas mais relevantes pelos participantes.

3.1. Os Circuitos Curtos Agro-Alimentares

A primeira questão para a qual procurámos resposta nos FG foi identificar, em cada região, as diferentes formas de venda directa e indirecta aí existentes. Para isso partimos de um quadro (Anexo 1) com uma listagem pré-definida de modalidades de venda directa e indirecta e procurou-se saber se estas modalidades existem na região, se já existiram, ou se há perspectiva de virem a existir. Vejamos os resultados desta análise qualitativa.

Venda directa

- **Modalidades semelhantes ao PROVE** ou “réplicas”, foram referidas por vários participantes, designadamente nas Caldas da Rainha, Leiria, Alcobça, Santa Maria da Feira (cabazes biológicos);



- **As vendas na exploração** são praticadas por muito produtores. Em todos os FG são referidos que estas vendas ocorrem um pouco por todo o lado;
- **Vendas na horta** (municipal, social,...). Estas vendas podem ocorrer, ainda que a sua criação procure sobretudo dar resposta ao autoconsumo. Contudo, sabe-se que as vendas podem ocorrer para os produtos em excesso. Foram apontados casos em Baião, Valongo e Mirandela;
- Os **postos de venda colectiva** são experiências com menor número de aderentes. Foram reconhecidos poucos casos nesta modalidade, designadamente a Cooperativa de Braga e a loja de produtores de Penafiel;
- Os **mercados municipais** são uma forma de venda com larga tradição, ainda que muitas vezes sejam dominados pelos intermediários. Existem em muitos municípios e podem assumir designações diversas. Mais recentemente surgiram mercados específicos para venda directa. No sul são referidos os Mercados "eco-rurais" em Lagoa e Sesimbra; Mercados Municipais no Cadaval, Quinta do Conde, Caldas da Rainha, Bombarral e Torres Vedras. No norte, as feirinhas em Santa Maria da Feira, e a feira do Saber e Sabores em Macedo Cavaleiros;
- As **vendas com entrega ao domicílio** são também identificadas em todos os território, destaque para produtos bio em Barcelos e Ponte Lima. Na península de Setúbal são referidas a venda de cabazes, com entrega ao domicílio, em vários concelhos. Há vários núcleos PROVE que fazem a entrega de cabazes ao domicílio (Oliveira Azeméis, Valença);
- As **novas formas de venda**, designadamente através da internet, são cada vez mais frequentes em todos os territórios, ainda que em baixo número, muitas vezes associadas a produtores mais jovens e a produtos específicos. No norte foram identificados vários casos de venda por internet: cabazes biológicos e PROVE; Oliveira de Azeméis (Sabores aos Molhos); Lisboa (Mercado Saloio).
- **As Vendas organizadas/”contratualizadas”** (tipo AMAP, CSA) não foram identificados pelo nosso painel;



- **Vendas à restauração privada** (restaurantes, cantinas escolares privadas,...) existem vendas para alguns produtos específicos (ex. espargos), mas foram identificados poucos casos;
- **Vendas à restauração pública** (cantinas escolares, hospitais, lares,...) Foram identificados vários casos de produtores com vendas na restauração pública na zona centro (Coimbra). No norte são referidos casos de venda para cantinas de centros de dia, lares e Serviços Apoio Domiciliário em Penafiel, Barcelos e Vila Verde. Estas modalidades de venda estão muito associadas a iniciativas institucionais de apoio aos produtores. No sul não foi identificada esta modalidade de venda.
- **Outras da formas de venda directa** em crescimento nos últimos anos são as feiras locais de produtores, que estão presentes em muitos concelhos: por exemplo em Braga Produtos bio ao sábado; loja em Penafiel de produtores bio. Os mercados de rua parece ser uma das formas de venda com maior crescimento, são referidos mercados de rua em Sesimbra, Alfarim, Setúbal e Óbidos, sendo muitos destes de produtores.

B. Venda indirecta (só um intermediário)

Na venda indirecta são, em geral, referidos menos casos, o que indicia que estas experiências, ainda que existam, são referidas com menos frequência.

- Restauração privada: pode ocorrer por determinados produtores;
- Restauração pública: não foi identificado nenhum caso;
- Comerciante; muitos produtores vendem a intermediários. Esta forma de venda não foi muito evidenciada mas é talvez uma das formas principais de escoamento dos produtos dos agricultores;
- Loja “gourmet: são referidos alguns casos de venda específica para lojas gourmet em Azóia e Sesimbra. Estas lojas não vendem hortofrutícolas, mas antes produtos como mel, queijos, pão, doces;



- Loja “de bairro”: alguns produtores vendem directamente para lojas e mercearias de bairro. Foram referidos poucos casos, face à importância maior que se supõe que estas formas de venda assumem.
- Outras: há ainda outras formas de venda para minimercados e supermercados, nalguns casos lideradas por associações, como é o caso do borrego e mel com o apoio das associações em Montemor-o-Novo.

Em síntese, verifica-se a existência de um elevado número de modalidades de venda directa cuja importância económica varia muito em função das localidades/concelhos, do tipo de produtores, dos produtos, do envolvimento institucional. Muitas destas formas de venda estão sobretudo associadas ao dinamismo dos produtores e a iniciativas institucionais. As modalidades identificadas não trazem grande novidade, pois correspondem às que já tínhamos identificado previamente. Quanto à importância de cada modalidade em termos de volume de vendas e de valor, não existe informação, contudo diríamos que as feiras e mercados locais são, provavelmente, as modalidades de CCA que têm uma maior expressão.

É de realçar que nos últimos anos se tem verificado um forte apoio institucional, sobretudo por parte de muitas autarquias, ou de associações de produtores e cooperativas, com a criação e promoção de feiras anuais, ou de mercados com maior regularidade (quinzenal, mensal, etc). As autarquias, e outras entidades, tem tido nestes processos de expansão da venda directa um papel importante, com a criação de feiras e a sua promoção.

Os dados indiciam ainda que as vendas directas a título individual são predominantes relativamente a formas de venda colectiva, como poderá ser o caso do PROVE. De facto, modos de venda que implicam uma acção colectiva como o PROVE, são ainda pouco frequentes.

3.2. Medidas propostas para incentivar os CCA

A segunda parte dos FG incidiu na identificação de um conjunto de medidas de acordo com os quatro eixos definidos e foi dividida em dois momentos. Num primeiro momento procurou-se identificar as medidas que os participantes propoiam para melhorar e potenciar os CCA. Num segundo momento, os animadores dos FG apresentaram outras propostas/medidas, retiradas de outras experiências, e questionaram os participantes sobre a sua relevância. Como resultado obtivemos uma



lista com as principais medidas que os participantes consideraram importantes. Em seguida cada participante foi convidado a escolher e votar nas três medidas que consideravam as mais importantes, por ordem de importância, e para cada um dos eixos.

Posteriormente, no gabinete, procedeu-se à contagem dos votos e à seriação de medidas propostas de acordo os eixos definidos, adoptando os seguintes procedimentos:

- Juntamos todas as medidas dos seis FG por eixo;
- Atribuímos-lhe uma ponderação por ordem de escolha (5 pts para a 1ª escolha, 3 pts para a 2ª escolha e 1 pt para a 3ª escolha)
- Contámos o número de votos e o total das ponderações;
- Efectuámos uma análise das medidas "repetidas" por eixo e individualizámo-las;
- Ordenámos por ordem decrescente de ponderação (resultado semelhante ao número de votos).

Passemos em seguida à apresentação das medidas mais votadas pelos participantes nos FG.

Eixo I – Facilitar a adesão dos agricultores aos CCA

Neste eixo foram identificadas e votadas 27 diferentes medidas. As três mais votadas, por ordem decrescente de votos, foram:

- Adaptar/simplificar as medidas fiscais existentes à realidade dos pequenos produtores e CCA (IVA e Segurança Social);
- Criar instrumentos financeiros para apoio e aconselhamento técnico, agrícola e não-agrícola, à escala territorial, aos agentes envolvidos em CCA (produtores mediadores e entidades parceiras), ajustadas às respectivas necessidades;
- Criação de medidas fiscais que favoreçam a adesão de produtores aos CCA.

As restantes medidas identificadas, por ordem decrescente de votos, foram as seguintes:



- Organizar acções de formação agrícola (concretamente, de apoio à adopção/conversão de práticas agrícolas sustentáveis, entre outras) e não agrícolas (comercialização, marketing,...) ajustadas às necessidades concretas dos agricultores);
- Adaptar a regulamentação/legislação/normas relativas à produção, transformação e comercialização dos produtos agroalimentares às especificidades dos CCA;
- Facilitar o acesso à terra a agricultores que queiram desenvolver uma actividade em CCA;
- Informar os produtores: há alternativas ao escoamento do produto sem recorrer a intermediários;
- Divulgar e sensibilizar as características dos CCA;
- Reduzir a burocracia (ex: nº de operador horto-frutícola, cumprimento de normas de higiene e segurança alimentar, burocracia específica no caso de produtores que se queiram certificar em AB, produção integrada, burocracia relativa a rotulagem, burocracia específica a produtores que queiram fazer transformação de produtos, burocracia relacionada com licenciamentos...);
- Informar o consumidor: produto diferenciado de qualidade;
- Criar um "Balcão Único" onde possam ser dadas todo o tipo de informações para a instalação e conhecimentos técnicos e não-técnicos a potenciais produtores que queiram aderir aos CCA;
- Sensibilizar Autarquias a disponibilizar terrenos incultos para instalação de produtores agrícolas organizados em CCA;
- Criar instrumentos financeiros para apoio à formalização e acompanhamento de projectos de instalação (e de reconversão) de unidades produtivas cujos produtores as queiram integrar em CCA;
- Criar instrumentos financeiros para apoio à criação de campos de experimentação (por ex. agricultura biológica, novos produtos,...) à escala territorial para difusão de "boas práticas";
- Promover legislação facilitadora (produção, transformação, comercialização);
- Estabelecer regras adaptadas à pequena agricultura: sem comprometer a segurança alimentar;



- Elaborar "guias-operacionais" com apresentação e explicação dos tipos e fontes de financiamento, acções de formação...passíveis de serem utilizadas pelos agentes envolvidos nas CCA (produtores, mediadores, parceiros);
- Criar acções de formação agrícola e não agrícola;
- Trabalhar com a população mais jovem;
- Facilitar o acesso a terras para arrendamento (não há terras disponíveis para arrendamento e, quando as há, os proprietários não fazem contractos de arrendamento com duração superior a 1 ano);
- Criar relações de proximidade e cumplicidade (Produtor e consumidor);
- Facilitar as regras de funcionamento para as parcerias serem mais benéficas;
- Mobilizar/articular as entidades locais;
- Adaptar os seguros agrícolas às necessidades dos pequenos produtores integrados em CCA.

No conjunto de medidas apresentadas são de destacar as três mais votadas pelos participantes e que podem apoiar a adesão aos CCA, que se prendem com simplificação das medidas fiscais e a sua adaptação aos pequenos produtores. O aconselhamento técnico surge em segundo lugar e, em terceiro, em relação com a primeira, medidas fiscais que favoreçam a adesão dos agricultores.

Segue-se, por ordem decrescente, um conjunto de medidas com menor peso, mas em que à cabeça aparece a formação em áreas específicas, tais como práticas agrícolas sustentáveis, comercialização e marketing. Em seguida surge uma medida para adaptar a regulamentação/legislação/normas relativas à produção, transformação e comercialização dos produtos agro-alimentares às especificidades dos CCA. O acesso à terra é outra das áreas em que se deve intervir.

Eixo II – Facilitar e melhorar a organização e funcionamento dos CCA

No Eixo II e nos seis FG foram identificadas e votadas 36 medidas diferentes. Neste eixo, um grupo de cinco medidas emergiu com maior número de votos, sendo por ordem decrescente de votos:



- Diferenciar, nos Mercados Municipais, os produtores de venda directa ao consumidor (exemplo: arranjar locais/espços para estes tipos de produtores ou placas identificadoras deste tipo de produtores, ou ...);
- Criar instrumentos financeiros para recuperao de infra-estrutura e/ou de equipamento existente à escala local (armazém, moinhos, abatedores municipais...) para utilização colectiva dos produtores agrícolas e agro-alimentares;
- Criar instrumentos financeiros para facilitar a partilha de conhecimentos entre Produtores PROVE e produtores interessados em aderir aos CCA;
- Criar “marca/identificação” ambiental dos produtos comercializados em CCA e, deste modo, melhorar a informação sobre os mesmos;
- Desenvolver, à escala local, postos de venda colectivos.

Todas as restantes medidas obtiveram votos, ainda que poucos, e apresentam-se pela seguinte ordem decrescente:

- Adaptar regulamentações/legislações/normas relativas à produção, transformação e comercialização de produtos agro-alimentares às especificidades dos CCA (na sequência do trabalho já desenvolvido pelo GEVPAL);
- Financiar o acompanhamento técnico aos produtores;
- Criar à escala local postos de venda colectivos com diversidade de produtos, produzidos por produtores organizados em CCA;
- Seleccionar e adoptar novas variedades;
- Construir parcerias locais para desenvolver o abastecimento de produtores organizados em CCA;
- Promover as relações/parcerias entre produtores, Associações de Desenvolvimento Local (ADLs) e entidades parceiras de forma a potenciar e desenvolver o abastecimento agrícola local com origem em CCA;
- Financiar cursos de formação técnico agrícola específica (EX: compostagem, ...);
- Anular a facturação até um determinado montante;
- Formar em áreas como atendimento ao consumidor, marketing, apresentação produtos;



- Criar instrumentos financeiros tendo em vista a partilha (transmissão/aquisição) de conhecimentos por parte dos agentes envolvidos nos CCA, às escalas regional e nacional;
- Criar condições para que as ADLs possam apoiar/executar pequenos projectos agrícolas;
- Adaptar as políticas e regulamentos às especificidades dos CCA;
- Criar condições a nível das entidades locais para implementação e funcionamento das CCA;
- Descentralizar as exigências burocráticas dos Serviços dos Ministérios para, por EX:, as ADLs, Autarquias, Juntas de Freguesia;
- Promover a educação e sensibilização dos consumidores;
- Recuperar pontos de venda colectivos já existentes;
- Construir parcerias locais para criação de postos de venda colectivos de produtores organizados em CCA;
- Criar "marcas distintivas" de territórios de CCA;
- Sensibilizar as entidades de controlo e gestão sobre CCA;
- Introduzir % mínima de alimentos nas escolas/cantinas feitos através dos produtores de CCA;
- Adaptar os horários dos Mercados Municipais aos "horários dos consumidores";
- Estreitar relações produtor/consumidor;
- Favorecer parcerias locais para a criação de postos de venda colectivos;
- Controlar a qualidade dos CCA;
- Pensar colectivamente;
- Criar possibilidades para que grupos de produtores integrados em CCA possam fazer investimentos comuns (EX: aquisição de uma carrinha para transporte dos produtos aos locais de venda, de pequenas unidades de conservação/armazenamento de frutícolas, ...);
- Definir normas de qualidade;
- Controlar a concorrência entre os pequenos agricultores e os grandes produtores agro-industriais;
- Padronizar a nível nacional os regulamentos para os CCA;
- Definir o que são as CCA e as regras de funcionamento;
- Definir referenciais técnico-económicos para avaliar o desempenho económico das unidades produtivas envolvidas nos CCA.



Em síntese, para melhorar a organização e o funcionamento são propostas várias medidas que visam diferenciar nos “mercados municipais” os produtores de venda directa dos outros vendedores (comerciantes). Esta diferenciação pode passar pela criação de marca e mais informação sobre os produtos. Outra das medidas proposta é a recuperação de infra-estruturas e equipamentos que possam ser usadas para uso colectivo.

Para além das propostas acabadas de referir, temos um conjunto muito numeroso de outras medidas. A adaptação das regulamentações/legislações/normas às especificidades dos CCA volta a surgir como área prioritária de intervenção. O apoio técnico merece também destaque. A criação de postos de venda colectivo, é uma necessidade apontada por muitos dos participantes. O apoio à criação de parcerias locais é outra área importante.

Eixo III – Melhorar a oferta de produtos agro-alimentares no âmbito das CCA

Foram identificadas e votadas 26 medidas diferentes para o Eixo III. Na votação das medidas deste eixo destacaram-se as quatro mais votadas, que apresentamos por ordem decrescente de votos:

- Adaptar a regulamentação/legislação/normas em vigor de forma a facilitar o abastecimento da restauração colectiva (cantinas e refeitórios públicos, hospitais, lares...) por CCA;
- Criar instrumentos financeiros para a realização de campanhas de divulgação, sensibilização e promoção dos vários tipos de vantagens dos CCA, destinados aos vários tipos de consumidores (individuais e restauração pública e privada), tendo em vista aumentar a procura/oferta deste tipo de cadeias agro-alimentares;
- Ligar os produtos locais/regionais à gastronomia (Ex: divulgar e ensinar junto de Escolas de Hotelaria);
- Elaborar “Guia de Boas Práticas” com:
 - regras elementares em matéria de segurança alimentar
 - conformidade dos produtos
 - rastreabilidade dos produtos
 - informação ao consumidor



As outras medidas identificadas e que obtiveram votos, foram:

- Criar instrumentos financeiros para a formação de agentes da restauração/hotelaria privada sobre a diversidade e usos dos produtos agrícolas locais específicos (ex: chicharo, batata de Ourém, ...);
- Planear a produção para oferta de mais diversidade e satisfação dos gostos dos consumidores;
- Prestar acompanhamento técnico para garantir a segurança alimentar (adopção de fito-fármacos e de fertilizantes);
- Encontrar enquadramento para apoiar projectos conjuntos de pequenos agricultores ex. parques de máquinas;
- Incentivar a adesão dos pequenos agricultores a associações que apoiem a produção e comercialização e facultem apoio técnico, logístico e informativo;
- Criar instrumentos financeiros para a realização de “estudos de mercado”, à escala territorial, tendo em vista:
 - a diversificação de produtos a oferecer no âmbito dos CCA
 - a implementação de novas modalidades tipos de CCA"
- Fazer campanhas de Educação Alimentar junto dos pais, crianças e comunidade escolar (sobre as vantagens de "Comer Local");
- Definir, à escala regional, quotas a alcançar para o abastecimento da restauração colectiva por CCA;
- Criar mecanismos de controlo dos produtores em CCA para garantir a qualidade dos produtos por eles produzidos;
- Criar mecanismos de controlo da qualidade dos produtos;
- Financiar a criação de infra-estruturas tendo em vista a conservação e o escoamento de produtos (EX: pequenas câmaras frigoríficas para conservar e armazenar frutícolas, pequenas unidades de transformação (para por EX: fazer sumos, compotas, ...) e para recuperar e/ou adaptar infra-estruturas já existentes para as adaptar a postos de vendas de CCA;
- Sensibilizar os consumidores;
- Apresentação cuidada dos produtos;



- Facilitar os licenciamentos;
- Elaborar "contractos-tipo"/"contractos-tipo", das condições regulamentares e jurídicas tendo em vista o abastecimento à restauração colectiva/bancos alimentares e população desfavorecida, por parte do CCA "SIMPLEX";
- Ensinar consumidores a comprar produtos mais sustentáveis e melhores;
- Aumentar as iniciativas de contacto entre produtores e consumidores;
- Disseminar as abordagens de CCA junto de produtores e consumidores e entidades do sector;
- Definir requisitos mínimos dos locais de entrega dos produtos.

Em suma, para melhorar a (organização da) oferta de produtos agro-alimentares produzidos e comercializados no âmbito das CCA foram apresentados quatro medidas principais, sendo a primeira comum aos eixos anteriores, estando relacionada com a adaptação da regulamentação/legislação/normas em vigor, de forma a facilitar o abastecimento da restauração colectiva (cantinas e refeitórios públicos, hospitais, lares) por CCA. Esta é, sem dúvida, uma medida recorrente nos três eixos. Um outro conjunto de medidas incide na necessidade de maior divulgação e sensibilização e promoção das vantagens dos CCA. A necessidade de um guia de boas práticas sobre segurança alimentar, rastreabilidade de produtos e informação aos consumidores é outra das medidas propostas.

Segue-se um conjunto vasto de outras medidas das quais evidenciamos a formação de agentes da restauração/hotelaria sobre a diversidade e usos dos produtos agrícolas locais específicos na gastronomia. Outros reconhecem a necessidade de apoio técnico ao nível da segurança alimentar e aplicação de fito-fármacos e à organização dos produtores em associações. Há também quem reconheça a necessidade de estudos de mercado sobre CCA.



Eixo IV – Melhorar o conhecimento e acompanhamento das CCA

Foram identificadas e votadas 21 medidas diferentes para o Eixo IV. Neste eixo, um grupo de cinco medidas emergiu como as mais votadas, sendo por ordem decrescente de votos as seguintes:

- Avaliar o impacto dos instrumentos de política que vierem a ser definidos e aplicados aos CCA, no âmbito da Programação Comunitária 2014-2020;
- Criar uma estrutura de acompanhamento, no âmbito da DGADR, sobre as modalidades de CCA e produtos comercializados à escala territorial e difundir, à escala nacional, a informação recolhida;
- Criar instrumentos financeiros para:
 - elaboração de referenciais técnico-económicos necessários/destinados a apoiar os técnicos mediadores (ADLs) envolvidas nos CCA
 - obtenção de conhecimento sobre a eficácia económica, social, política e institucional dos CCA
- Propor ao Instituto Nacional de estatística (INE) a integração, no próximo Recenseamento Geral Agrícola, de recolha de informação específica aos CCA;
- Construir e manter actualizada uma base de dados, fiáveis e territorializados, sobre os CCA.

Todas as restantes medidas obtiveram votos, sendo por ordem decrescente de importância as seguintes:

- Divulgar e disseminar experiências entre produtores prove já existentes e futuros produtores e consumidores;
- Aumentar a cooperação/protecção e trabalho conjunto entre entidades /produtores/consumidores;
- Promover acções de apoio técnico às explorações;
- Promover formação técnica (compostagem, fitofarmacêuticos, fertilização, pragas e doenças...);
- Promover e divulgar os CCA (EX: criar espaços específicos para os produtores e produtos locais nos Mercados Municipais e Super/Hipermercados);



- Identificar e divulgar boas práticas;
- Envolver as instituições de ensino (escolas profissionais agrícolas);
- Aumentar o contacto directo entre o produtor e o consumidor (ex. escolas);
- Elaborar à escala regional e nacional estudos de "Boas-práticas" relativos aos CCA existentes e que, progressivamente, se foram instalando no território nacional e divulgar estes estudos;
- Promover a formação a diferentes níveis e necessidades dos CCA;
- Aumentar a segurança da exploração e dos produtos ex. maior vigilância e seguros;
- Monitorizar os CCA (o que se vende, o que produz, quanto se vende, preços produtos, método de produção...);
- Envolver as cooperativas;
- Promover a troca de experiências;
- Criar mecanismos de apoio financeiro à cooperação interterritorial;
- Maior envolvimento do Ministério da Agricultura (apoio técnico/divulgação dos CCA junto dos consumidores).

Em resumo, neste eixo relativo à produção de conhecimento sobre CCA foram referidos como necessários a criação de uma estrutura ao nível do MA, que possa fazer a avaliação dos impactos das medidas que forem tomadas de apoio aos CCA, bem como o acompanhamento das várias modalidades de venda de produtos. Para além destas, são referidas a criação de instrumentos financeiros para a elaboração de referenciais técnicos para apoio dos técnicos envolvidos nos CCA. Outras propostas vão no sentido de produzir informação (nacional e regional) que permita acompanhar a evolução destas modalidades de venda.

Para além das propostas anteriores mais referenciadas seguem-se outras, com menor número de votos, e muita variadas, visando a disseminação e divulgação de experiências entre produtores e consumidores, o aumento da cooperação entre os vários atores, e o reforço da formação técnica.



4. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

4.1. Conclusões

Em Portugal, o elevado número de pequenos produtores, a sua dispersão no território e as dificuldades de se organizarem para a comercialização, contribuíram para que as mudanças no mercado de produtos agro-alimentares levassem a uma enorme concentração da oferta num pequeno número de grandes distribuidores, que representam hoje cerca de 3/4 das vendas. A mesma tendência tem sido observada em outros países europeus.

Esta evolução teve, entre outras consequências, a exclusão económica de pequenos produtores, o abandono de áreas agrícolas, a queda no número de explorações e a estagnação da economia rural. A revitalização das zonas rurais requer medidas inovadoras, que valorizem os agentes e os recursos locais e, em particular, os produtos agro-alimentares. Para tal são fundamentais as medidas que apoiem a integração dos pequenos agricultores no mercado e a sua organização.

Alguns documentos produzidos para a UE apontam, como áreas prioritárias de actuação no futuro para uma maior integração dos agricultores no mercado, uma maior integração nos mercados locais e circuitos curtos de comercialização (ENRD, 2011:5,6).

Os CCA apresentam várias vantagens: são uma forma de responder à crescente procura dos consumidores por alimentos saudáveis, frescos, saborosos, de boa qualidade e de proveniência conhecida; podem reduzir a distância de transporte dos alimentos, economizando energia e diminuindo o uso de combustíveis fósseis, ajudando dessa forma a combater as alterações climáticas; permitem ao agricultor ficar com uma fatia maior do preço final dos seus produtos e são, muitas vezes, a única via para este aceder ao mercado, dada a sua pequena escala.

As dificuldades identificadas com a venda directa pelos produtores são a oferta regular de produtos ao longo do ano; o acréscimo de trabalho; a necessidade de equipamentos (veículo, transformação); formação e informação adequada; capacidade de resposta a clientes; financeiras, de acesso à terra; exigências sanitárias e quadro fiscal. As dificuldades do ponto de vista dos consumidores são os preços elevados dos produtos, a falta de informação sobre estas formas de venda, e distância elevada às explorações. As políticas de apoio e estímulo à venda directa são muitas vezes condicionadas, ou desincentivadas, por políticas fiscais e de higiene que dificultam a adesão e a permanência dos produtores no mercado.



São muitas e variadas as modalidades de venda directa. Às formas mais tradicionais têm-se juntado outras que fazem uso das novas tecnologias, o que se deve à entrada de novos agricultores e à necessidade de muitos deles elevarem os seus rendimentos, aproveitando recursos produtivos que, por vezes, não eram valorizados no mercado.

Parece claro que os CCA são uma via privilegiada para os pequenos produtores poderem escoar os seus produtos e, desta forma, terem uma maior integração no mercado. Portugal não tem sabido aproveitar o grau de flexibilidade que os EM podem exercer na implementação de algumas normas, designadamente as de higiene e sanidade, o que permite que em outros países (Itália, Espanha) estas normas sejam aplicadas de forma ligeiramente diferente e, por isso, possam ser mais competitivos.

As medidas de apoio aos CCA são muitas vezes inexistentes ou desadequadas e apresentamos em seguida um conjunto de recomendações e propostas que podem contribuir para fortalecer os CCA e, em especial, a pequena produção agrícola.

4.2. Recomendações e propostas

Antes de apresentarmos as recomendações resultantes dos FG vejamos as propostas, recomendações que resultam da pesquisa bibliográfica:

- Fortalecer sistema de aconselhamento técnico;
- Incentivar a cooperação entre agricultores e entre estes e os outros membros da cadeia alimentar;
- Tirar proveito de forma eficaz da flexibilidade das medidas relacionadas com a higiene de forma a garantir a segurança alimentar, mas não “esmagando” os pequenos agricultores e as PME intervenientes nos CCA;
- Criar um pacote de medidas sobre a promoção dos CCA com o co-financiamento da UE, podendo este pacote incluir suporte para infra-estruturas e transporte, armazenamento, marketing processamento, rotulagem dos produtos agro-alimentares dos CCA.

As recomendações seguintes baseiam-se, sobretudo, na informação recolhida aquando dos FG. As medidas concretas de apoio aos CCA serão apresentadas de acordo com os quatro 4 eixos que se seguiu nos FG. Há propostas que ultrapassam o âmbito estrito dos CCA, como por exemplo o apoio à instalação de jovens agricultores, ou o acesso à terra, que aqui não evidenciamos por serem problemas transversais à agricultura portuguesa.



Eixo I – Facilitar a adesão dos agricultores aos CCA

Os objectivos deste Eixo são:

- Identificar medidas que facilitem a adesão aos CCA;
- Acesso a instalações, propriedades ou ampliações;
- Acesso a empréstimos bancários, ajuda à instalação ou às ajudas existentes (ex. subsídios de investimento).

Neste eixo as medidas mais destacadas foram as três que seguem, por ordem decrescente:

- Adaptar/Simplificar as medidas fiscais existentes à realidade dos pequenos produtores e CCA (IVA e Segurança Social);
- Criar instrumentos financeiros para apoio e aconselhamento técnico, agrícola e não-agrícola, à escala territorial, aos agentes envolvidos em CCA (produtores mediadores e entidades parceiras), ajustadas às respectivas necessidades;
- Criar medidas fiscais que favoreçam a adesão de produtores aos CCA.

Eixo II – Facilitar e melhorar a organização e funcionamento dos CCA

Os objectivos deste Eixo são:

- Diferenciar o produtor de venda directa;
- Recuperar espaços de venda individual e colectiva

Neste eixo, um grupo de cinco medidas emergiu com maior número de votos, sendo por ordem decrescente as seguintes:

- Diferenciar, nos Mercados Municipais, os produtores de venda directa ao consumidor (exemplo: arranjar locais/espços para estes tipos de produtores ou placas identificadoras deste tipo de produtores, ou ...);
- Criar instrumentos financeiros para recuperação de infra-estrutura e/ou de equipamento existente à escala local (armazém, moinhos, abatedores municipais...) para utilização colectiva dos produtores agrícolas e agro-alimentares;
- Criar instrumentos financeiros para facilitar a partilha de conhecimentos entre Produtores PROVE e produtores interessados em aderir aos CCA;
- Criar “marca/identificação” ambiental dos produtos comercializados em CCA e, deste modo, melhorar a informação sobre os mesmos;
- Desenvolver, à escala local, postos de venda colectivos.



Eixo III – Melhorar a oferta de produtos agro-alimentares dos CCA

Os objectivos deste Eixo são:

- Ligar os produtos á gastronomia e ao saber fazer;
- Divulgar estas modalidades de venda
- Diferenciar os produtos.

Neste eixo destacaram-se as quatro medidas que se seguem, apresentadas por ordem decrescente:

- Adaptar a regulamentação/legislação/normas em vigor de forma a facilitar o abastecimento da restauração colectiva (cantinas e refeitórios públicos, hospitais, lares...) por CCA;
- Criar instrumentos financeiros para a realização de campanhas de divulgação, sensibilização e promoção dos vários tipos de vantagens dos CCA, destinados aos vários tipos de consumidores (individuais e restauração pública e privada), tendo em vista aumentar a procura/oferta deste tipo de cadeias agro-alimentares;
- Ligar os produtos locais/regionais à gastronomia (ex: divulgar e ensinar junto de Escolas de Hotelaria);
- Elaborar “Guia de Boas Práticas” para os tópicos seguintes:
 - regras elementares em matéria de segurança alimentar
 - conformidade dos produtos
 - rastreabilidade dos produtos
 - informação ao consumidor

Eixo IV – Melhorar o conhecimento e acompanhamento das CCA

Os objectivos deste Eixo são:

- Conhecer melhor os processos que envolvem nos circuitos curtos;
- Desenvolver estudos sobre estas questões.

As principais propostas são:

- Avaliar o impacto dos instrumentos de política que vierem a ser definidos e aplicados aos CCA, no âmbito da Programação Comunitária 2014-2020;



- Criar uma estrutura de acompanhamento, no âmbito da DGADR, sobre as modalidades de CCA e produtos comercializados à escala territorial e difundir, à escala nacional, a informação recolhida;
- Criar instrumentos financeiros para:
 - elaborar referenciais técnico-económicos necessários/destinados a apoiar os técnicos mediadores (ADLs) envolvidas nos CCA;
 - produzir conhecimento sobre a eficácia económica, social, política e institucional dos CCA.
- Propor ao Instituto Nacional de Estatística (INE) a integração, no próximo Recenseamento Geral Agrícola, de recolha de informação específica aos CCA;
- Construir e manter actualizada uma base de dados fiável sobre os CCA.



BIBLIOGRAFIA

- Allena, P., FitzSimmons, M., Goodman, M., Warner, K. (2003). *Plates in the agrifood landscape: the tectonics of alternative agrifood initiatives in California*. Journal of Rural Studies, **19**: 61–75.
- Dower, M. (2012). *Report on the outcome of Workshop A Towards an appropriate policy framework*. Acedido em: 28 de Maio de 2013, em: http://ec.europa.eu/agriculture/events/small-farmers-conference-2012_en.htm
- Edwards-Joines G., Plassmann, K., York, E., Hounsome, B., Jones, D., Canals, L., (2009). Vulnerability of exporting nations to the development of carbon label in the United Kingdom. Environmental Science & Policy **12**, 479 – 490.
- ENRD (2011). A short guide to the European Commission's proposals for EU Rural development after 2013. European Network for Rural Development.
- Feenstra G. (2002). Creating space for sustainable food systems: Lessons from the field. Agriculture and Human Values, **19**: 99-106. Kluwer Academic Publishers.
- Instituto Superior de Agronomia e Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (2012). *Relatório final de avaliação: Projeto de cooperação interterritorial "Prove- Promover e Vender". A perspectiva dos actores*.
- Kirwan, J. (2004). *Alternative Strategies in the UK Agro-Food System: Interrogating the Alterity of Farmers' Markets*. Sociologia Ruralis, **44**, 4.
- Kirwan, J. (2006). *The interpersonal world of direct marketing: Examining conventions of quality at UK farmers' markets*. Journal of Rural Studies, **22**: 301–312.
- Kloppenborg, Jack Jr., John Hendrickson and G. W. Stenvenson (1996) Coming in to the Foodshed, Agriculture and human Values **13**:3: 33-42.
- Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território (s.d.). *Relatório do grupo de trabalho "Estratégia para a valorização da produção agrícola local – GEVPAL"*.
- Ministre de l'Agriculture et de la Pêche (2009). *Rapport du groupe de travail "Circuits Courts de Commercialisation"*.
- Moita F., Almeida, M., Pinto-Correia, T. (2012). "Proposta de diversificação de actividades nas explorações agrícolas PROVE – Promover, Vender, Participar e Diversificar" Relatório final, ICAAM/Universidade de Évora e Monte-ACE.
- Montiel, M. S.(s.d.). *Rearticulando desde la alimentación: canales cortos de comercialización en Andalucía*. Acedido em: 29 de Maio de 2013, em: <http://institucional.us.es/compromiso/libreconf/docs/canales.pdf>
- Morgan, K., Marsden, T., & Murdoch, J., 2006. Worlds of food. Place, power and provenance in the food chain. Oxford: Oxford University Press,
- Muchnik J (2009). Localised Food Systems: Concept Development and Diversity of Situations, Paper presented at the Annual Meetings of the Agriculture, Food, and Human Values Society and Association for the Study of Food and Society, State College, Pennsylvania, 28-31 May.
- Murdoch J., Wilson N., Parrot N., (2000). Spatializing Quality: regional protection and the Alternative Geography of Food. European Urban and Regional Studies.
- Norberg-Hodge, H., Merrifield, T., & Gorelick, S. 2002. Bringing the food economy home: Local alternatives to global agribusiness. London: Zed Books, 2002.



ANEXO

Itinerário para os *Focus Groups*

O objectivo deste documento é tornar homogénea e eficiente a operacionalização das discussões.

Os **objectivos das discussões de grupo são:**

- Compreender a actual situação dos Circuitos Curtos Agro-alimentares³ (CCAs),
- Identificar medidas de política de apoio/reforço de iniciativas de criação/diversificação de CCAs.

Os **participantes das discussões** de grupo devem incluir:

- Produtores agrícolas,
- Consumidores,
- Mediadores e entidades parceiras das Associações de Desenvolvimento Local (ADLs),
- Pessoas envolvidas em outras iniciativas além do PROVE.

O **programa proposto** é implica a duração máxima de três horas.

Supondo que a sessão começa de manhã:

10h00- Boas vindas e apresentação

10h15 – Caracterização da situação actual dos CCAs (Anexo 1)

10h45 – Identificação de medidas de política de apoio/reforço mediante os eixos no Anexo 2.

11h30 – Pausa para café

11h45 – Exposição das medidas identificadas pela equipa de investigação e que não foram identificadas previamente (Anexo 3)

12h30 – Priorização das medidas

12h45 – Avaliação (Anexo 4) da sessão

13h00 - Final

Importante: A sessão deve ser gravada e as gravações transcritas. Das transcrições, serão retiradas citações a utilizar na justificação do conteúdo do relatório final. As citações não devem referir o nome do participante, mas sim a sua tipologia (ex. produtor agrícola).

³ Modo de comercialização por venda directa do produtor para o consumidor ou por venda indirecta, com a condição de não haver mais de um intermediário. A ele se associa uma proximidade geográfica e relacional entre produtores e consumidores. A venda directa pode efectuar-se na exploração, no domicílio do consumidor, em venda ambulante, em mercados, em feiras, no restaurante ou loja comercial do produtor, entre outras.



10:00-10:15	Boas-vindas e apresentação	
Itinerário	Material e comentários	
<ul style="list-style-type: none">• Dar as boas-vindas• Explicar os objectivos, funcionamento e programa da reunião• Pedir aos participantes que se apresentem	Sem necessidade	
10:15-10:45	Caracterização da situação actual dos CCAs	
Itinerário	Material e comentários	
<ul style="list-style-type: none">• Preenchimento conjunto da tabela no anexo 1	Um quadro central onde a tabela em anexo possa ser escrita e preenchida. O facilitador deve preencher a tabela no quadro central com os contributos do grupo. O grupo deve ter acesso à mesma tabela em A4 na mesa para facilitar leitura.	
10:45-11:30	Identificação de medidas de política de apoio/reforço	
Itinerário	Material e comentários	
<ul style="list-style-type: none">• Identificação conjunta de medidas mediante os eixos apresentados no anexo 2	Identificação conjunta de medidas mediante os eixos apresentados no anexo 2	
11:30-11:45	Pausa para café	
11:45-12:30	Exposição das medidas identificadas pela equipa de investigação e compatibilização	
Itinerário	Material e comentários	
<ul style="list-style-type: none">• As medidas identificadas no anexo 3 são apresentadas de forma a perceber se os participantes consideram-nas relevantes,• As medidas consideradas relevantes devem ser colocadas junto das previamente identificadas	As medidas identificadas no anexo 3 devem estar impressas (de forma isolada). O facilitador lê ao grupo cada medida, pergunta se a consideram relevante e, se deve ser incluída no grupo das medidas já identificadas.	
12:30-12:45	Priorização das medidas	
Itinerário	Material e comentários	
<ul style="list-style-type: none">• Cada participante deve ir ao quadro central e votar nas três medidas, em cada eixo, consideradas mais importantes	Entregar a cada participantes 3 etiquetas auto-adesivas redondas	
12:45-13:00	Avaliação e final	



ANEXO 1

1. Tipos de Circuitos Curtos Agro-alimentares (CCA) que já existiram, existentes, e que podem vir a existir

Tipos/Questões	Existiu mas, desapareceu. Porquê?	Existe	Está em fase de preparação e pode vir a existir
A. Venda directa (sem intermediários)			
- Modalidades semelhantes ao PROVE (em organização e funcionamento)			
- Vendas na exploração			
- Vendas na horta (municipal, social,...)			
- Posto(s) de venda colectiva (que não nos Mercados Municipais)			
- Mercados Municipais			
- Vendas ao domicílio			
- Vendas por correspondência (internet,...)			
- Vendas organizadas/"contractualizadas" (tipo AMAP, CSA,...)			
- Vendas à restauração privada (restaurantes, cantinas escolares privadas,...)			
- Vendas à restauração pública (cantinas escolares, hospitais, lares,...)			
- Outras, quais?			
B. Venda indirecta (só um intermediário)			
- Restauração privada			
- Restauração pública			
- Comerciante			
- loja "gourmet"			
- loja "de bairro"			
- outra qual			
Outras, quais?			



A N E X O 2

Eixo I – Facilitar a adesão dos agricultores aos CCA

Eixo II – Facilitar e melhorar a organização e funcionamento dos CCA

Eixo III – Melhorar a (organização da) oferta de produtos agro-alimentares produzidos e comercializados no âmbito das CCA

Eixo IV – Melhorar o conhecimento e acompanhamento das CCA



A N E X O 3

Eixo I – Facilitar a adesão dos agricultores aos CCA

1. adaptar regulamentação/legislação/normas relativas à produção, transformação e comercialização de produtos agro-alimentares às especificidades dos CCA (na sequência do trabalho já desenvolvido pelo GEVPAL)
2. criar instrumentos financeiros para apoio e aconselhamento técnico, agrícola e não-agrícola, à escala territorial, aos agentes envolvidos em CCA (produtores mediadores e entidades parceiras), ajustadas às respectivas necessidades
3. organizar acções de formação agrícola (concretamente, de apoio à adopção/conversão de práticas agrícolas sustentáveis, entre outras) e não agrícolas (comercialização, marketing,...) ajustadas às necessidades concretas dos agricultores)
4. criar instrumentos financeiros para apoio à formalização e acompanhamento de projectos de instalação (e de reconversão) de unidades produtivas cujos produtores se queiram integrar em CCA
5. criar instrumentos financeiros para apoio à criação de campos de experimentação (por ex: em agricultura biológica, novos produtos,...) à escala territorial para difusão de “boas práticas”
6. elaborar “guias-operacionais” com apresentação e explicação dos tipos e fontes de financiamento, acções de formação,... passíveis de serem utilizadas pelos agentes envolvidos nas CCA (produtores, mediadores e parceiros)
7. criação de medidas fiscais que favoreçam a adesão de produtores aos CCA
8. facilitar o acesso à terra a agricultores que queiram desenvolver uma actividade em CCA
9. sensibilizar Autarquias a disponibilizar terrenos incultos para instalação de produtores agrícolas organizados em CCA



Eixo II – Facilitar e melhorar a organização e funcionamento dos CCA

1. criar instrumentos financeiros para recuperação de infra-estruturas e/ou de equipamentos existentes à escala local (armazém, moinhos, abatedores municipais,...) para utilização colectiva dos produtores agrícolas e agro-alimentares
2. criar instrumentos financeiros tendo em vista a partilha (transmissão/aquisição) de conhecimentos por parte dos agentes envolvidos nos CCA, às escalas regional e nacional
3. desenvolver, à escala local, postos de venda colectivos
4. criar “marca/identificação” ambiental dos produtos comercializados em CCA e, deste modo, melhorar a informação sobre os mesmos
5. criar “marcas distintivas” de territórios de CCA
6. definir referenciais técnico-económicos para avaliar o desempenho económico das unidades produtivas envolvidas nos CCA
7. promover as relações/parcerias entre produtores, Associações de Desenvolvimento Local (ADLs) e entidades parceiras de forma a potenciar e desenvolver o abastecimento agrícola local com origem em CCA
8. favorecer parcerias locais para criação de postos de venda colectivos



Eixo III – Melhorar a (organização da) oferta de produtos agro-alimentares produzidos e comercializados no âmbito das CCA

1. criar instrumentos financeiros de apoio à organização colectiva de produtores envolvidos em CCA
2. criar instrumentos financeiros para a realização de campanhas de divulgação, sensibilização e promoção dos vários tipos de vantagens dos CCA, destinados aos vários tipos de consumidores (individuais e restauração pública e privada), tendo em vista aumentar a procura/oferta deste tipo de cadeias agro-alimentares
3. adaptar regulamentação/legislação/normas em vigor de forma a facilitar o abastecimento da restauração colectiva (cantinas e refeitórios públicos de escolas, hospitais, lares, ...) por CCA
4. definir, à escala regional, quotas a alcançar para o abastecimento da restauração colectiva por CCA
5. elaborar “contratos-tipo/“cadernos de encargo-tipo”, das condições regulamentares e jurídicas tendo em vista o abastecimento à restauração colectiva, por parte de CCA
6. elaborar “contratos-tipo/“cadernos de encargo-tipo”, das condições regulamentares e jurídicas tendo em vista o abastecimento à restauração privada, por parte de CCA
7. elaborar “contratos-tipo/“cadernos de encargo-tipo”, das condições regulamentares e jurídicas tendo em vista o abastecimento de bancos alimentares e de populações desfavorecidas, por parte de CCA
8. elaborar “Guia de Boas Práticas” com:
 - regras elementares em matéria de segurança alimentar
 - conformidade dos produtos
 - rastreabilidade dos produtos
 - informação ao consumidor
9. criar instrumentos financeiros para a realização de “estudos de mercado”, à escala territorial, tendo em vista:
 - a diversificação de produtos a oferecer no âmbito dos CCA
 - a implementação de novas modalidades tipos de CCA



Eixo IV – Melhorar o conhecimento e acompanhamento das CCA

1. propor ao Instituto Nacional de Estatística (INE) a integração, no próximo Recenseamento Geral Agrícola, de recolha de informação específica aos CCA
2. elaborar à escala regional e nacional estudos de “Boas Práticas” relativos aos CCA existentes e que, progressivamente, se forem implantando no território nacional e divulgar estes estudos
3. avaliar o impacto dos instrumentos de política que vieram a ser definidos e aplicados aos CCA, no âmbito da Programação Comunitária 2014-2020
4. construir e manter actualizada uma base de dados, fiáveis e territorializados, sobre os CCA
5. criar instrumentos financeiros para:
 - elaboração de referenciais técnico-económicos necessários/ destinados a apoiar os técnicos mediadores (ADLs) envolvidos nos CCA
 - obtenção de conhecimento sobre a eficácia económica, social, política e institucional dos CCA
6. criar uma estrutura de acompanhamento, no âmbito da DGADR, sobre as modalidades de CCA e produtos comercializados à escala territorial e difundir, à escala nacional, a informação recolhida



ANEXO 4

AVALIAÇÃO DA REUNIÃO

Aproveitamos esta oportunidade para agradecer a sua presença. Pedimos alguns minutos de atenção para responder, com espírito crítico, a este pequeno questionário. O objectivo é captar a sua opinião sobre o desenrolar desta reunião. Este questionário é importante para nós, pois permite analisar e melhorar a nossa actuação em futuras iniciativas. Não existem respostas certas ou erradas, todas as suas opiniões e comentários são valiosos. Este questionário é confidencial e anónimo. A sua participação é fundamental. Muito Obrigada!

1. Indique o grau de satisfação em relação à estrutura da oficina (sequência de temas, apresentação, dinâmicas). Coloque um círculo na opção mais indicada.

1	2	3	4	5
Muito insatisfeito	Insatisfeito	Neutro	Satisfeito	Muito satisfeito

Apresenta alguma sugestão para melhorar a estrutura desta oficina?

2. Considera este formato (reuniões) uma boa forma de comunicação entre os diversos agentes interessados (investigação, ONG, privados, governação)? Sim Não

Se não, qual é a melhor forma de interacção?

3. Na sua opinião, as conclusões alcançadas apresentam que grau de utilidade. Coloque um círculo na opção mais indicada.

1	2	3	4	5
Inútil	Pouco útil	Neutro	Útil	Muito útil

Considera que há alguma forma de aumentar a utilidade?

4. Estaria interessado em utilizar esta abordagem como ferramenta de análise de outra questão? Coloque um círculo na opção mais indicada.

1	2	3	4	5
Sem interesse	Pouco interesse	Neutro	Interesse	Muito interesse

Que questão?



PARCEIROS PROVE



prove



GOVERNO DE
PORTUGAL

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA,
DO MAR, DO AMBIENTE
E DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO



UNIÃO EUROPEIA

Fundo Europeu Agrícola
de Desenvolvimento Rural

A Europa investe nas zonas rurais